

A low-angle photograph of a modern, multi-story office building with a glass facade. The building is on the left side of the frame, and the sky is a clear, bright blue. The text is overlaid on the right side of the image.

1Doc Tecnologia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de
2023 e 2022

Informações da Companhia

Razão Social: 1Doc Tecnologia S.A.

CNPJ: 19.625.833/0001-76

NIRE: 42300048852

Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89

Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88.056-000 – Florianópolis / SC



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
1 Contexto operacional	14
2 Base de preparação e mensuração	14
3 Políticas contábeis materiais	15
4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23
5 Contas a receber de clientes	23
6 Impostos a recuperar	24
7 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	24
8 Outros créditos	25
9 Mútuo conversível	25
10 Imobilizado	25
11 Fornecedores	26
12 Obrigações e provisões trabalhistas	26
13 Obrigações tributárias	26
14 Imposto de renda e contribuição social	26
15 Provisão e depósitos judiciais	27
16 Partes relacionadas	27
17 Patrimônio líquido	28
18 Receita líquida de vendas	29
19 Custos dos serviços prestados	30
20 Despesas com vendas	30
21 Despesas gerais e administrativas	30
22 Outras receitas operacionais	31
23 Outras despesas operacionais	31
24 Resultado financeiro líquido	31
25 Imposto de renda e contribuição social	32
26 Benefícios fiscais	33



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

1Doc Tecnologia S.A.

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 1Doc Tecnologia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 1Doc Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	4	5.543.299	3.690.310
Contas a receber de clientes	5	4.763.219	3.590.094
Impostos a recuperar	6	712	259
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	70.521	101.564
Outros créditos	8	74.785	93.602
Total do ativo circulante		10.452.536	7.475.829
Depósitos judiciais	15	320.000	-
Cauções diversas		1.100	-
Mútuo conversível	9	743.734	-
Imobilizado	10	463.561	332.336
Total do ativo não circulante		1.528.395	332.336
Total do Ativo		11.980.931	7.808.165

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores	11	781.992	259.274
Obrigações e provisões trabalhistas	12	1.720.312	1.029.996
Obrigações tributárias	13	702.336	490.824
Imposto de renda e contribuição social	14	172.073	-
Dividendos a pagar		-	335.435
Outras obrigações		96.911	70.346
Total do passivo circulante		3.473.624	2.185.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	250.432	258.363
Provisões para contingências	15	320.000	-
Total do passivo não circulante		570.432	258.363
Patrimônio líquido	17		
Capital social		100.000	100.000
Ações em tesouraria		(57.500)	(57.500)
Reservas de capital		4.295.121	4.295.121
Reserva de lucros		3.599.254	1.026.306
Total do patrimônio líquido		7.936.875	5.363.927
Total do passivo e patrimônio líquido		11.980.931	7.808.165

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	18	28.519.418	18.660.055
Custo dos serviços prestados	19	(9.108.872)	(6.181.483)
Lucro bruto		19.410.546	12.478.572
Despesas com vendas	20	(633.286)	(507.734)
Despesas gerais e administrativas	21	(11.576.523)	(8.764.367)
Provisão de perdas no recebimento de créditos	5	32.489	(33.452)
Outras receitas operacionais	22	7.427	185.619
Outras despesas operacionais	23	(405.167)	(40.743)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		6.835.486	3.317.895
Receitas financeiras	24	350.543	157.275
Despesas financeiras	24	(23.730)	(9.493)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.162.299	3.465.677
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.028.899)	(757.918)
Lucro líquido do exercício		5.133.400	2.707.759

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.133.400	2.707.759
Resultado abrangente do exercício	5.133.400	2.707.759

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas			(Prejuízos) lucros acumulados	Total
			Capital	Legal	de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.000	(57.500)	4.295.121	-	-	(1.346.018)	2.991.603
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.707.759	-	2.707.759
Reserva legal	-	-	-	20.000	(20.000)	-	-
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	(1.346.018)	1.346.018	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(335.435)	-	(335.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	(57.500)	4.295.121	20.000	1.006.306	-	5.363.927
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.133.400	-	5.133.400
Dividendos distribuídos ref. lucros 2022	-	-	-	-	(1.006.306)	-	(1.006.306)
Dividendos distribuídos ref. lucros 2023	-	-	-	-	(1.554.146)	-	(1.554.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.000	(57.500)	4.295.121	20.000	3.579.254	-	7.936.875

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício		5.133.400	2.707.759
Ajustes para:			
Depreciação	10	108.720	84.471
Baixa do imobilizado	10	4.295	9.561
Provisão de perdas no recebimento de créditos	5	(32.489)	33.452
Provisão para contingências	15	320.000	-
Despesas com imposto de renda e CSLL	25	2.020.968	757.918
		7.554.894	3.593.161
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(1.140.637)	(2.225.761)
Impostos a recuperar		30.589	(9.995)
Depósitos judiciais		(320.000)	-
Outros créditos		17.717	104.088
		(1.412.331)	(2.131.668)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		522.718	95.014
Obrigações e provisões trabalhistas		690.316	526.699
Obrigações tributárias		211.512	283.562
Outras obrigações		26.564	20.997
		1.451.110	926.272
Recursos provenientes das atividades operacionais			
		7.593.673	2.387.765
Imposto de renda e contribuição social pagos	25	(1.856.826)	(817.749)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais			
		5.763.847	1.570.016
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(244.239)	(222.769)
Mútuos conversíveis	9	(743.734)	-
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos			
		(987.973)	(222.769)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	17.2	(2.895.886)	-
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamento			
		(2.895.886)	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		1.852.989	1.347.247
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.690.310	2.343.063
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.543.299	3.690.310
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		1.852.989	1.347.247

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída em 28 de janeiro de 2014 como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a 1Doc Tecnologia S.A. (“1Doc” ou “Companhia”) tem capital fechado. A Companhia tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia tem como objeto social (i) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (ii) consultoria em tecnologia da informação; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. A 1Doc é uma plataforma SaaS de processos digitais que conecta atendimento, comunicação e gestão documental em um só lugar, elimina o papel como veículo da informação, gera economia, preserva o meio ambiente e leva produtividade, controle e segurança para resolução das demandas do dia a dia de trabalho.

As soluções desenvolvidas pelo 1Doc são comercializadas no mercado nacional, com soluções que são referência de transformação digital nos setores público e privado.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados;
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ([nota 25](#));
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios ([nota 15](#));
- (iv) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados ([nota 3.2](#));
- (v) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([nota 3.3](#)); e
- (vi) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([nota 5.2](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo

amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita de vendas

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem operações que estão sujeitos a covenants.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem acordos de financiamentos de fornecedores ("Risco Sacado").

c) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.10.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	5.543.299	3.690.310
Contas a receber de clientes	4.763.219	3.590.094
Mútuo conversível	743.734	-
	11.050.252	7.280.404
Passivos Financeiros		
Fornecedores	(781.992)	(259.274)
	10.268.260	7.021.130

3.10.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros ([nota 3.14.1](#)) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Passivos financeiros	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2023	
Fornecedores	781.992
Em 31 de dezembro de 2022	
Fornecedores	259.274

3.10.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.10.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.10.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.10.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022
Contas correntes	1.152.087	1.249.957
Aplicações financeiras	4.391.212	2.440.353
	5.543.299	3.690.310

4.1.1 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam entre 91% e 107% do CDI (95% e 102,74% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As aplicações financeiras com vencimento imediato são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

A Companhia revisou o CPC 03 e definiu que todas as aplicações financeiras que possuem risco insignificante de mudança de valor e que não possuem carência são caixa e equivalentes.

5 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Receitas faturadas	3.470.327	2.740.583
Receitas a faturar	1.293.855	882.963
(-) Perda esperada com créditos	(963)	(33.452)
	4.763.219	3.590.094

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2023	2022
<i>Aging list</i>		
A vencer	4.010.394	3.261.374
Vencidos:	752.825	328.720
De 1 a 30 dias	513.021	199.476
De 31 a 60 dias	189.298	101.507
De 61 a 90 dias	39.701	17.013
De 91 a 180 dias	10.805	16.693
De 181 a 360 dias	963	2.600
Acima de 360 dias	-	24.883
Provisão para perdas esperadas com créditos (PEC)	(963)	(33.452)
	4.763.219	3.590.094

5.2 Perda esperada com créditos (PEC):

Saldo PCLD 2021	-
Entradas	(45.372)
Saídas	11.920
Saldo PCLD 2022	(33.452)
Entradas	(13.864)
Saídas	46.353
Saldo PCLD 2023	(963)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição de PEC são segmentados por setor de atuação da Companhia. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

6 Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS retido na fonte	127	46
COFINS retido na fonte	585	213
	712	259

7 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	2023	2022
IRRF a compensar	70.326	9.086
CSLL retido na fonte	195	714
IRPJ a recuperar (i)	-	67.576
CSLL a recuperar (i)	-	24.188
	70.521	101.564

(i) Os valores de IRPJ e CSLL a recuperar representam antecipações dos pagamentos realizados durante o ano calendário em relação aos valores apurados e são passíveis de compensação por meio de PERDCOMP.

8 Outros créditos

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	20.151	2.930
Adiantamento a funcionários	28.231	16.688
Adiantamentos diversos	130	7.706
Seguros (i)	4.890	5.735
Assinaturas e anuidades (ii)	21.383	60.543
	74.785	93.602

(i) Os valores com seguros referem-se a seguros garantias de contratos licitatórios.

(ii) Os valores das despesas antecipadas referem-se a assinaturas de uso de software para execução das atividades da Companhia.

9 Mútuo conversível

	2023	2022
Mútuo conversível a Placarsoft	743.734	-
	743.734	-

Os valores são exclusivamente, e em sua integralidade, para financiar projetos de expansão das atividades da Sociedade e no desenvolvimento de suas atividades e negócios. Os contratos são corrigidos com a variação do IPCA-IBGE, com vencimentos entre 16/01/2028 e 04/09/2028. A Companhia tem a opção (não exercida em 31 de dezembro de 2023) do momento, durante o prazo de vigência do contrato, no qual poderá converter o valor total do mútuo em quotas de emissão da Placarsoft representativas de seu capital social, mediante envio de notificação à Sociedade e aos Intervenientes. A administração entende que os valores registrados, os quais representam montante em caixa emprestados a credora, representam o valor justo de tal instrumento em 31 de dezembro de 2023.

10 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	3.013	200.586	203.599
Adições	-	222.769	222.769
Baixas	(793)	(8.768)	(9.561)
Depreciação	(336)	(84.135)	(84.471)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	1.884	330.452	332.336
Adições	-	244.239	244.239
Baixas	(1.787)	(2.507)	(4.294)
Depreciação	(97)	(108.623)	(108.720)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	-	463.561	463.561

11 Fornecedores

	2023	2022
Feiras e eventos	361.667	80.258
Serviços de terceiros	62.645	87.596
Servidores e data center	239.298	-
Outros fornecedores a pagar	118.382	91.420
	781.992	259.274

12 Obrigações e provisões trabalhistas

	2023	2022
Salários a pagar	522.654	361.942
INSS a recolher	108.228	68.282
FGTS a recolher	76.671	47.564
Gratificações trabalhistas a pagar	105.000	-
Provisões de férias	903.151	551.773
Outras obrigações	4.608	435
	1.720.312	1.029.996

13 Obrigações tributárias

	2023	2022
ISS a recolher	67.766	47.299
PIS a recolher	22.479	18.193
COFINS a recolher	104.160	84.147
INSS s/ faturamento a recolher	152.918	115.294
IRRF a recolher - (PF)	222.349	124.912
Impostos a recolher ajustes <i>cut-off</i> (i)	131.326	89.621
Outros impostos a recolher	1.338	11.359
	702.336	490.825

(i) Pis a recolher, Cofins a recolher, CPRB e ISS a recolher relacionados aos impactos do ajuste da receita por competência (*cut-off*). Em 2021 usada a terminologia "PIS, COFINS e ISS".

14 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Imposto de renda a recolher	100.454	-
Contribuição social a recolher	71.619	-
	172.073	-

15 Provisão e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais), cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2023	2022
Ações administrativas (i)	320.000	-
	320.000	-

(i) O valor lançado corresponde a multa fixada por suposto descumprimento da liminar, pois o magistrado entendeu que a 1Doc descumpriu ordem judicial. Destaca-se que a liminar está sendo discutida a questão da incompetência do juízo que determinou a multa para a 1Doc, de forma que está pendente o voto de um desembargador para determinar a remessa do processo para Florianópolis, assim, caso o processo venha para Florianópolis, serão reanalisadas as decisões proferidas em João Pessoa. Atualmente a discussão está em sede de Agravo de Instrumento.

A movimentação dos processos ocorreu conforme demonstrado:

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Processos adicionados	320.000	-
Saldo final	320.000	-

A Companhia não tem outras ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

16 Partes relacionadas

16.1 Remuneração da administração

Em 2023, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 414.932 (R\$ 624.000 em 2022). Em 03/2023 um dos diretores renunciou ao cargo.

	2023	2022
Número de membros	1	2
Número de membros remunerados	1	2
Valor da remuneração individual	333.032	312.000

Em 2022 e 2023, a Companhia optou pela desoneração da folha de pagamento, recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB). Desta forma, não há incidência de encargos por parte da Companhia.

16.2 Dividendos a pagar

Em 2023 houve distribuição de dividendos referente aos lucros do exercício de 2022 no montante de R\$ 1.341.741. Referente aos lucros do exercício de 2023 foi distribuído em forma de adiantamento de lucros o montante de R\$ 1.554.146.

16.3 Transações com partes relacionadas

	Receita	Custo	Despesas	Resultado
Checklist Fácil S/A	-	(30.034)	-	(30.034)
Construtor de Vendas S.A	2.034	-	-	2.034
Poligraph	72.619	-	-	72.619
Softplan	308.202	-	(51.951)	256.251

	2023	2022
Clientes a receber – Intercompany	20.686	37.625
Fornecedores a pagar – Intercompany	(8.392)	(14.051)
	12.294	23.574

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos acionistas, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

17.1 Capital social e ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia era composto por 100.000 (cem mil) ações nominativas, sendo 95.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 5.000 ações preferenciais, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Os acionistas preferencialistas não têm direito a voto, permanecendo a prioridade no reembolso de capital.

17.2 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fazem jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

Para o exercício de 2022, o mínimo obrigatório é de R\$ 335.435, no entanto em Assembleia Geral Extraordinária, a administração deliberou pela destinação de mais R\$ 1.006.306 de dividendos, totalizando R\$ 1.341.741, liquidados em 2023.

Para o exercício de 2023, o mínimo obrigatório é de R\$ 1.283.350, no entanto em Assembleia Geral Extraordinária, a administração deliberou pela destinação de R\$ 1.554.146, ou seja, acima do mínimo obrigatório. O restante, no montante de R\$ 3.579.254 ficou em reserva de lucros.

Portanto, o total pago referente distribuição de lucros em 2023 foi de R\$ 2.895.887.

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido	5.133.400	1.361.741
Reserva Legal (5%)	-	(20.000)
Lucro líquido ajustado após reservas	5.133.400	1.341.741
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.283.350	335.435

17.3 Reserva de capital

O grupo de reservas é composto pela Reserva de Ágio na Emissão de Ações, constituída após aportes da Softplan S.A. realizado em exercícios anteriores, sem que houvesse consequente aumento de participação acionária. Seu saldo soma o montante de R\$ 4.295.121 em 2022 e 2023.

17.4 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 20.000. A movimentação da Reserva Legal ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	20.000	-
Constituição de reservas	-	20.000
Saldo Final	20.000	20.000

18 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	2023	2022
Receita com serviços prestados	31.738.088	20.817.646
Deduções da receita	(3.218.670)	(2.157.591)
Receita operacional líquida	28.519.418	18.660.055

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	2023	2022
INSS	1.428.214	966.501
COFINS	949.789	636.636
ISS	634.879	416.516
PIS	205.788	137.938
	3.218.670	2.157.591

19 Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Custos com pessoal	(5.024.463)	(2.929.657)
Custos com viagens	(570.916)	(547.056)
Servidores e <i>data center</i>	(2.169.657)	(1.584.195)
Licenças, assoc. e mensalidades para uso de <i>software</i>	(290.858)	(207.279)
Infraestrutura de TI	(958.612)	(796.193)
Demais custos	(94.366)	(117.103)
	(9.108.872)	(6.181.483)

20 Despesas com vendas

	2023	2022
Assessoria e consultoria	(252.028)	(81.228)
Comissões sobre vendas	(381.258)	(426.506)
	(633.286)	(507.734)

21 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(6.925.802)	(4.850.698)
Despesas com TI e comunicação	(447.440)	(266.794)
Despesas com viagens	(594.729)	(522.371)
Despesas com serviços de terceiros	(578.027)	(344.631)
Despesas com marketing	(2.734.501)	(2.568.191)
Depreciação	(108.720)	(84.471)
Outras despesas administrativas	(187.304)	(127.211)
	(11.576.523)	(8.764.367)

22 Outras receitas operacionais

	2023	2022
Outras receitas	-	3.541
Verba de patrocínio	7.427	182.078
	7.427	185.619

23 Outras despesas operacionais

	2023	2022
Baixa de imobilizado e investimento	(581)	(793)
Cancelamentos extemporâneos	(20.800)	(331)
Despesas tributárias	(27.253)	(34.861)
Perda efetiva com clientes	(36.532)	(12.195)
Provisão para contingência	(320.000)	-
(-) Recuperação de créditos incobráveis	3.500	7.437
	(401.666)	(40.743)

24 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	300.307	154.303
Juros ativos	26.017	2.488
Descontos obtidos	64	484
Juros SELIC s/ Impostos a compensar	8.818	-
Outras receitas financeiras	15.337	-
	350.543	157.275
Despesas financeiras		
Despesas com tarifas bancárias	(7.867)	(7.613)
Juros/multas	(1.795)	(496)
IOF	(13.850)	(766)
Descontos concedidos	(218)	(618)
	(23.730)	(9.493)
Resultado financeiro líquido	326.813	147.782

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	7.162.298	3.465.677
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(2.435.181)	(1.178.330)
(Adições) e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	382.575	211.388
Outras adições e exclusões	(37.314)	(45.097)
Compensação de prejuízo fiscal	-	217.876
Benefícios fiscais (PAT)	61.021	36.245
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(2.028.899)	(757.918)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.036.830)	(657.672)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.931	(100.246)
Taxa efetiva	28,33%	21,87%

25.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	963	33.452
Outras provisões temporárias	425.000	-
Total da base de cálculo de diferenças temporárias	425.963	33.452
Alíquota do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	144.827	11.374

	2023	2022
Receita de contrato com clientes (cut-off)	(1.162.529)	(793.342)
Total da base de cálculo de diferenças temporárias	(1.162.529)	(793.342)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(395.260)	(269.736)

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante.

26 Benefícios fiscais

A Companhia detém benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

26.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2023 da Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 1.125.222 e em 2022 R\$ 621.729. A demonstração do benefício gerado referente ao montante investido está detalhada abaixo:

	2023	2022
Serviços em projetos de Lei do Bem	1.406.527	1.036.215
Incremento	80%	60%
Total investido em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento	1.125.222	621.729
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício fiscal	382.575	211.388



1Doc

Conhecimento
e tecnologia que
transformam.